

2

Combinação Multivocabular: da palavra como representação a seus desdobramentos teóricos

A semântica constitui para a Lingüística o ponto nodal para todas as suas contradições, porque é nesse ponto, e mais freqüentemente sem reconhecê-lo, que a Lingüística tem a ver com a Filosofia.

Michel Pêcheux

Intuímos que prioritária à defesa de uma perspectiva não-representacionista do significado para lidar com as CMs seja a exposição de algumas caracterizações teóricas acerca do fenômeno multivocabular que, consciente ou mesmo inadvertidamente, optam por um olhar representacionista do significado. O nosso empenho, neste capítulo, é em demonstrar como há um custo teórico nessas perspectivas que, de uma forma bastante generalizada, podem ser divididas em representacionistas e neo-representacionistas (cf. Martins: 1999).

Há três aspectos que dividem águas na teoria semântica e que trazem um impacto direto para o tratamento das CMs: a possibilidade de distinção entre os aspectos literal e figurativo da linguagem; a possibilidade de distinção entre conhecimento lingüístico e conhecimento enciclopédico, e a visão de composicionalidade forte versus composicionalidade fraca do significado. Veremos nesta seção que essas três dicotomias, embora didaticamente bem-vindas, não são tão bem-delineadas e rígidas quanto se pode supor, e que mesmo se focarmos somente um de seus lados seremos capazes de traçar diferentes ângulos sobre a questão do significado.

Talvez fosse prudente reservar um espaço nesta seção para um breve histórico sobre o conceito de palavra antes de nos aventurarmos a traçar qualquer consideração sobre o termo *significado*. Como bem observa Steven Pinker em seu *The Language Instinct*, “a word in a word is complicated. But then what in the world is a word?”.² Optamos por não enredar por esse caminho, entretanto, pois

² Trata-se, na verdade, de uma frase que brinca com os usos de *word* (“palavra”) além de fazer um trocadilho com a palavra *world* (“mundo”). Poderíamos arriscar a seguinte tradução: “Transmitir o significado de ‘palavra’ em uma palavra é complicado. Em outras palavras, o que é, afinal, uma palavra?”

imaginamos que não só fugiria às delimitações metodológicas deste estudo, como também correríamos o risco de reproduzir desnecessariamente uma vasta e diversificada bibliografia sobre o assunto, incluindo os seus vários recortes teóricos e comprometimentos metodológicos (cf. Garrão, 2001: cap. 2). Para uma análise mais aprofundada do tema, Cruse, 1986: caps1-3, Jackendoff, 1997: cap 7, Basílio 1999 e Biderman 1999 são alguns exemplos de textos elucidativos. Para uma leitura mais fluente desta tese é essencial ter em mente que a utilização do termo *palavra* refere-se ao ponto de vista gráfico; como vocábulo ou unidade constituída por grafemas (a menor unidade contrastiva num sistema de escrita), delimitada por espaços em branco e/ou sinais de pontuação.

2.1

Sobre o significado e a representação de entidades extra-lingüísticas

Cada coisa tem por natureza um nome apropriado.

Platão, Diálogos de Crátilo 383-a

Para uma apresentação menos superficial da visão representacionista do significado na Lingüística, não podemos prescindir de expor ao menos uma síntese da sua ascendência filosófica. Resumidamente, o comprometimento da linguagem com a realidade ou com sua função declarativa sobre o mundo guia filósofos de influência incontestável no pensamento ocidental, como Platão, Aristóteles e Locke³. A certeza de que a linguagem representa algo que lhe é exterior e de que o significado é uma entidade estável encarregam-se de alijar, por exemplo, as suas manifestações não declarativas e não literais pelos embaraços que trazem para a visão representacionista.

Com efeito, a oposição entre significado literal e figurativo se apresenta em virtude de uma compreensão do significado como entidade. A certeza de que é possível através da linguagem estabelecer relações de verdade sobre as coisas impulsiona esses pensadores a se aterem ao campo da literalidade. Um discurso

³ Para uma leitura menos abreviada sobre o assunto ver Martins, 1999: cap.1.

figurativo, portanto, seria identificado com falta de clareza e imprecisão; careceria do poder epistemológico presente somente no discurso literal. Podemos dizer com certa segurança que o papel acessório que, tradicionalmente, vem sendo reservado à figuratividade na lingüística tem uma hegemonia histórica no pensamento filosófico. Afinal, é de Aristóteles a frase “*a metáfora consiste em dar à coisa um nome que pertence a outra coisa*”. E uma vez que a ciência e todo o pensamento ocidental são, em grande parte, herdeiros das suas considerações filosóficas, não é de se estranhar que o mesmo seja dito por muitos cientistas contemporâneos da área da linguagem, como veremos na seção abaixo.

2.1.1 Representacionismo na Lingüística

...um nome é puro símbolo, parte de um elenco de milhares, rapidamente adquiridos graças à harmonia entre a mente de uma criança, a de um adulto e a textura da realidade.

Steven Pinker, *The Language Instinct*

Inspirada pelo pensamento filosófico de que a linguagem tem eminentemente uma função representativa, grande parte das teorias lingüísticas também exclui do seu campo de estudo qualquer modalidade de linguagem que não representa de fato “a coisa em si”. Ou seja, para se construir uma ciência da linguagem há de se excluir todo tipo de expressão lingüística que foge à representação da realidade. Chomsky assim como seus legatários edificaram suas teorias neste **pressuposto universalista**. Toda manifestação lingüística não-literal, ou seja, não-representativa, deixa de ter importância do ponto de vista científico. Bastaria, então, traçar o limite entre significado literal e figurado. E é nesta, aparentemente infundável, tentativa de divisão desses dois campos de significação que a maior parte dos estudos semânticos se situa. De fato, isto tem sido, se não a maior, uma das grandes interrogações da Lingüística.

É bem verdade que mesmo os defensores da chamada **visão literalista** admitem que a questão não é trivial: Ruth Kempson (1995: 73) pondera que, entre o literal e o metafórico, “há um *número grande* de casos duvidosos”. J. Sadock

(1993:42), por sua vez, afirma que os princípios subjacentes à metáfora são psicológicos e não estritamente lingüísticos e que, portanto, devem estar fora do escopo da lingüística sincrônica. Sadock, contudo, admite que “em *inúmeros casos* é difícil determinar onde começa o sentido figurado e onde termina o sentido literal” (p.48). No entanto, as incontáveis fronteiras nebulosas não parecem ter dado origem a questionamentos do pressuposto teórico, mas sim, como avalia criticamente Martins (1999:55), apenas consideradas como “percalços naturais do fazer científico”.

Uma das grandes conseqüências sintomáticas do conflito literal versus figurado é a inevitável tensão entre homonímia e polissemia. Martins explica que quando há uma resistência para o estabelecimento da fronteira entre literal e figurado é comum entre os literalistas a utilização de duas estratégias: (a) redução do escopo da análise de modo a tentar excluir a variação polissêmica e (b) conversão dos casos de polissemia em casos de homonímia. Tomemos, a título de ilustração dessa tensão, a lista de frases abaixo:

- (2.1) Ele *tirou* a camisa.
- (2.2) Ele *tirou* a camisa do armário.
- (2.3) Ele *tirou* 10 na prova.
- (2.4) Ele *tirou* aquela idéia da cabeça.
- (2.5) Ele *tirou* o corpo fora.

Dentro de uma concepção literalista do significado, poderíamos supor que somente as frases 2.1), 2.2) e 2.3) seriam consideradas instâncias de fragmentos lingüísticos passíveis de análise lingüística, onde 2.1) e 2.2) apresentariam significados análogos do verbo *tirar* com transitividades distintas e 2.3) talvez fosse equacionada através da estratégia descrita em (b); isto é, seria um verbo distinto de 2.1) e 2.2) apresentando apenas a mesma forma fonológica. Mas o que fazer, então, com 2.4) e 2.5)? A rigor, a estratégia de homonímia também poderia ser aplicada em 2.4). Ou seja, embora 2.4) tenha a mesma estrutura sintática de 2.2), muito provavelmente deixaria de ser considerada analisável dentro da mesma entrada lexical, uma vez que o uso do verbo não é literal. Isto é, por uma perspectiva tradicional, não é possível tirar “literalmente” uma idéia da cabeça. Em 2.5) teríamos ainda o agravante de haver uma aberração estrutural. Por ser uma frase sintaticamente anômala, tal estrutura só poderia ser analisável por uma

perspectiva literalista como uma expressão fixa; com sentido unitário, indivisível. Conclui-se, portanto, que uma frase corriqueira do PB como *pode tirar o seu cavalinho da chuva*, seria interpretada como a retirada de um mamífero quadrúpede da precipitação atmosférica ou como um segmento indivisível em que tem sentido análogo a *Desista!* Esta última interpretação, entretanto, estaria fora do domínio sintático-semântico e seria atribuída a um campo do estudo lingüístico fronteiro com a sociologia e a psicologia: a pragmática. Seria um exemplo de **conhecimento enciclopédico** do PB.

Intrínseco a esse literalismo presente na visão representacionista do significado está uma **perspectiva imanentista**, ou a idéia de que a entidade significado literal é auto-evidente; nas palavras de Martins (1999:55):

A opção pela exclusão teórica da metáfora articula-se, então, com o projeto de alcançar aquilo que há de estável e previsível nos significados: a entidade *significado* é, em suma, concebida como equivalente à entidade *significado literal*, presumida como algo, pelo menos até certo ponto, evidente em si mesmo.

A certeza de que o significado literal é auto-evidente viabiliza uma outra característica teórica dessa linha de pensamento, de extrema relevância para a sua concepção de CM, como veremos na seção 2.3: a **visão composicional do significado**. Ao que tudo indica, o termo *composicionalidade* foi cunhado por Katz & Fodor (1963) para dar conta da capacidade semântica do usuário de uma língua. É um modelo de interpretação e produção semântica baseado em cálculo: cada fragmento lingüístico, ou cada palavra, contribui para o significado total da frase. Ou seja, o significado de uma expressão lingüística maior é calculado através do conhecimento do significado das suas partes. Cada vez que uma estrutura ou frase reaparece, é calculada novamente.

Mais tarde, Searle (1978) equacionou a noção de semântica composicional postulando a sua dependência do “sentido literal”. Considerou que “o sentido literal de uma frase é inteiramente determinado pelos significados de suas palavras componentes (ou morfemas) e pelas regras sintáticas de acordo com as quais esses elementos se combinam” (p.207). Esse modelo de cálculo fundamenta a análise semântica representacionista. Por essa visão, os exemplos 2.4) e 2.5) não podem ser analisados porque seus itens não são contributos para o significado

total das expressões a que pertencem. Esse tipo de construção passa a ser considerado, portanto, como semanticamente indivisível. A seção 2.3 apresenta mais minuciosamente as implicações teóricas e práticas desse modelo do cálculo.

Em suma, podemos dizer que, por esse olhar:

- i) O significado é uma propriedade exclusiva das expressões lingüísticas e se define em termos de referência e verdade assim como independem dos indivíduos que o produzem;
- ii) É possível estabelecer o potencial referencial da linguagem; ou seja, como os símbolos se relacionam com a realidade;
- iii) Deve-se ater exclusivamente ao domínio literal, não enciclopédico, não pragmático, declarativo e sincrônico;
- iv) A linguagem tem prioritariamente a função de expressar (racionalmente) o mundo e, portanto, é possível estabelecer o valor de verdade das sentenças.

Antes de apresentar as conseqüências do estudo de CMs segundo esse olhar teórico, destinamos minhas considerações ao neo-representacionismo e à sua base filosófica. Finalmente, na seção 2.3, partimos para uma apreciação do fenômeno multivocabular de acordo com as duas perspectivas em análise, com ênfase nas implicações teóricas e práticas desse sob um e outro ângulo.

2.2.

Neo-representacionismo e sua ascendência filosófica

Não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem

Friedrich Nietzsche, *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*

A nova forma de pensar a representação, ou o neo-representacionismo (cf. Martins, 1999), está parcialmente fundamentada nas considerações filosóficas anti-representacionistas de Friedrich Nietzsche e Ludwig Wittgenstein, dois dos

pensadores mais representativos do século XIX e XX, respectivamente, e críticos afiados à filosofia tradicional.

Enquanto autores como Platão, Locke e Aristóteles apresentam as palavras como representantes de entidades, Nietzsche parece ser o anunciador de que esse pressuposto que mobilizou todo o ocidente não passou de um “placebo” epistemológico. Seu alerta sobre esse pseudoconhecimento indica que a linguagem falsifica a existência de conceitos, que o conhecimento foi inventado, ou melhor, forjado pelo homem e que esse foi o “momento mais soberbo e mentiroso da história universal” (Nietzsche, 1978: 45). A linguagem estaria, então, subjugada a tal invenção. Conseqüentemente, não possuiria nenhum potencial epistemológico:

O que é uma palavra? A figuração de um estímulo nervoso em sons. Mas concluir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é resultado de uma aplicação falsa e ilegítima do princípio da razão (...). A ‘coisa em si’ (tal seria justamente a verdade pura sem conseqüências) é, também para o formador da linguagem, inteiramente incaptável e nem sequer algo que vale a pena. (ibid.: 47)

Para Nietzsche, a língua é um grande depósito de metáforas e metonímias e o impulso à verdade se origina da necessidade de evitar “a guerra de todos contra todos”: um “acordo de paz” (ibid:46) do qual a humanidade não consegue se desvencilhar. Diferentemente de Nietzsche, entretanto, o introdutor do neo-representacionismo não considera que a língua seja totalmente, mas sim, eminentemente metafórica: “*Although I will argue that a great many concepts like causation and purpose are metaphorical, there is nonetheless an extensive range of non metaphorical concepts. A sentence like ‘the balloon went up’ is not metaphorical...*”⁴ (Lakoff, 1993: 205)

De Wittgenstein, o neo-representacionismo herda, entre outras características, a crítica à idéia aristotélica de que as categorias seriam universais. Em *Women, fire and dangerous things* (1987), Lakoff argumenta que, desde

⁴ “Embora eu defenda que diversos conceitos como causa e finalidade sejam metafóricos, em contrapartida, há uma vastidão de conceitos não-metafóricos. Uma frase como ‘o balão subiu’ não é metafórica.”

Aristóteles até o 1º. Wittgenstein⁵, as categorias — substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, situação ou postura, condição, ação, passividade — eram consideradas verdades absolutas, universais e base de qualquer conhecimento. Para Lakoff, não havia um estudo científico sobre as categorizações, já que estas eram uma pressuposição. As coisas pertenciam à mesma categoria se tivessem propriedades em comum:

This classical theory was not the result of empirical study [...] It was a philosophical position arrived at on the basis of a priori speculation [...] Over the centuries it simply became part of the background assumptions taken for granted in most scholarly disciplines⁶. (Lakoff, 1987: 6)

Já o segundo Wittgenstein, e sua virada lingüística marcada por *Investigações filosóficas* (1979 [1953]), condena a idéia aristotélica de que as categorias são definidas pelas propriedades comuns a todos os seus membros e argumenta que os membros de uma categoria compartilham “semelhança de família”, somente (cf. Glock, 1996: 154-155).

A idéia wittgensteiniana de que a linguagem não é uma representação da realidade ou um instrumento de mediação entre sujeito e realidade, mas sim um fenômeno eminentemente intersubjetivo também é, em alguma medida, advogada pelo neo-representacionismo. De fato, as considerações de Wittgenstein sobre a linguagem são bastante mais profundas e impactantes e vão muito mais além do que as duas características supracitadas. Voltaremos a alguns de seus pressupostos anti-representacionistas na primeira seção do capítulo 3. Esses são apenas argumentos comumente utilizados entre os cognitivistas para refutar a visão universalista, como veremos a seguir.

⁵ Há dois momentos filosóficos distintos nos textos de Wittgenstein. Nesta tese, volto atenção somente à chamada “virada lingüística”, onde está, a meu ver, a sua grande contribuição para o pensamento filosófico.

⁶ “Essa teoria clássica não foi resultado de investigação empírica[...]Foi uma posição filosófica estabelecida através de especulação *a priori*[...]Com o passar dos séculos, simplesmente tornou-se parte das suposições tidas como verdadeiras na grande maioria das disciplinas acadêmicas.”

2.2.1.

Neo-representacionismo na Lingüística

Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.

Lakoff & Johnson, *Metaphors We Live By*

Após um resumo mais do que abreviado sobre a crítica ao pensamento filosófico tradicional, voltamo-nos agora à sua ressonância na visão lingüística proposta por Lakoff. Segundo a sua proposta, os sistemas conceituais variam, ou seja, não haveria uma visão de mundo unicamente verdadeira; a gramática não seria pura forma; a emoção teria conteúdo conceitual; a mente não seria uma dimensão independente do corpo, e o significado não seria baseado em verdade e referência ou na relação entre os símbolos e as coisas no mundo.

Lakoff introduz o paradigma do **experientialismo** baseando-se tanto nos aspectos imaginativos quanto nos aspectos corporais da cognição. Argumenta que a visão essencialista da linguagem está equivocada ao afirmar que as categorias são universais e que existe uma linguagem do pensamento capaz de captar essas categorias uniformemente (o “mentals”, cf. Pinker, 1995, cap. 3). Para ele, as categorias lingüísticas são claramente reflexos da experiência, da imaginação e do corpo.

Daí, pode-se também concluir que grande parte do legado da lingüística antropológica norte-americana pode ser encontrada nas idéias neo-representacionistas. Em *Handbook of American Indian Languages* (1911), o antropólogo Franz Boas já trazia uma vasta contribuição de diferenças entre estruturas gramaticais e lexicais entre as línguas⁷. Outro representante da visão antropológica da linguagem, Benjamim Lee Whorf (1998 [1957]), fornece um exemplo ainda mais contundente para defender o relativismo lingüístico. Seu

⁷ É de sua autoria o atualmente corriqueiro exemplo dos vários significantes para a palavra *neve* em esquimó, que ilustra uma diferença de estrutura lexical entre as línguas. Já para ilustrar diferenças gramaticais, Boas demonstrou como uma frase simples, como por exemplo, *The man is sick* traduzida para três línguas indígenas americanas (kuaikutl, esquimó e ponca) obrigaria o tradutor a acrescentar informações à frase, como, por exemplo, se o informante pode garantir a informação por ter presenciado o fato, ou se confiou no que ouviu falar, ou até mesmo se o sujeito da frase está deitado ou visível ao falante.

relato sobre a cultura Hopi nos convida (ou nos obriga) a refletir sobre algo que nem concebemos ser visto de outra forma, ou que pressupomos ser universalmente percebido como um fluxo contínuo: a concepção de tempo. Lançando um olhar extremamente relativista sobre a linguagem, Whorf desestabiliza o senso comum ocidental ao relatar a concepção de tempo dessa cultura, onde, dentre outros “devaneios” que desafiam a metafísica ocidental, não há uma fronteira para a distinção temporal passado-presente-futuro.

Seu relato poria em xeque as categorias universais aristotélicas: “*Discrete are number and language; continuous are lines, surface, bodies and also, besides these, time and place*”. (Aristóteles, 2000: 8; grifo nosso). Contrariamente, para o determinismo lingüístico de Whorf, o pensamento passa a ser determinado pelas categorias disponíveis na língua, uma posição teórica radicalmente refutada por estudiosos universalistas (cf. Pinker, 1995: 59-67) e pouco apoiada até mesmo por partidários do relativismo lingüístico. George Lakoff, portanto, acomoda as evidências de Whorf em sua teoria, mas tenta fugir do extremismo presente na idéia de determinismo lingüístico. Na verdade, não traça um limite muito claro entre universal e cultural; parece estar se situando numa interseção entre o determinismo lingüístico e o universalismo do significado. Parece apostar, a nosso ver, não em um “mentalês” de Pinker nem em um “culturalês” de Whorf, mas talvez num ocidentalês: um padrão conceitual herdado por culturas análogas.

Mas talvez a outra base teórica do neo-representacionismo, proposta em co-autoria com Mark Johnson — **a Teoria Cognitiva da Metáfora** —, seja especialmente cara ao presente estudo, uma vez que oferece explicações contundentes sobre a formação de metáforas, o que, de certa forma, responde a algumas questões da Semântica, dentre elas, a formação de CMs.

Segundo a visão representacionista, as metáforas são simples expressões lingüísticas fora do escopo da linguagem corriqueira, assim como as expressões idiomáticas (tradicionalmente consideradas um tipo de CMs) têm sentido arbitrário. Lakoff & Johnson rebatem esse senso comum através da argumentação de que se a metáfora fosse uma mera expressão lingüística não haveria tanta evidência (cf. Lakoff & Johnson, 1980) apontando para um mapeamento entre domínios específicos, o que demonstra uma restrição conceitual para a construção do fenômeno.

Os autores explicam que a construção metafórica seria o mapeamento entre um domínio-fonte e um domínio-alvo, que compartilhariam correspondências ontológicas sistemáticas (A VIDA É UMA JORNADA, DISCUSSÕES SÃO GUERRAS, O CORPO É UM *CONTAINER*, dentre outros)⁸. Esses mapeamentos obedeceriam ao Princípio da Invariância, um princípio que caracteriza a classe de analogias possíveis. Trata-se de um mapeamento convencional, isto é, uma parte fixa do nosso sistema conceitual. Não deve ser, portanto, caracterizado como processos ou algoritmos que transformam automaticamente o input do domínio-fonte em output do domínio-alvo. Tal caracterização também se prestaria a dar conta da polissemia, um outro grande problema dentro de estudos semânticos representacionistas, conforme apresentado na seção 2.1.1.

Para explicar o mapeamento entre domínio-fonte e domínio-alvo é necessário considerar que esses compartilham uma “estrutura de nível geral”. E por ser convencional, a metáfora é usada constantemente e automaticamente, sem esforço ou consciência. Lakoff, de fato, responde a uma pergunta constante dentro de estudos sobre o significado. Por que nossas metáforas são como são? Porque, diria ele, seriam baseadas na experiência. E a experiência motiva a metáfora, não a determina. Por exemplo, o mapeamento conceitual MAIS–EM CIMA/MENOS–EMBAIXO (que viabiliza expressões como *ter alto astral*, *estar meio cabisbaixo*) prediz que simplesmente será difícil numa língua haver a correspondência “menos-em cima” e que o falante de uma língua que não tenha nenhum desses mapeamentos irá apreender a correspondência MAIS–EM CIMA com muito mais facilidade do que aquela improvável (Lakoff, 1993).

Os autores explicam, por outro lado, que os mapeamentos TEMPO É DINHEIRO, TEMPO É UM RECURSO LIMITADO e TEMPO É UM BEM DE VALOR — formadores de metáforas como *you are wasting time/ você está desperdiçando tempo* — seriam válidos somente em culturas que enxergam o tempo da forma como o fazemos. “Isso não é uma necessidade humana de

⁸ Em Lakoff & Johnson 2002, *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western Thought*, tal abordagem bidomínial cede espaço a uma teoria que envolve quatro domínios — a teoria da mesclagem —, segundo a qual nosso cérebro adquire informação do resto do nosso corpo. A relação do corpo com o mundo estrutura os conceitos que usamos para pensar. Não podemos pensar o que queremos, somente aquilo disponibilizado pelo nosso cérebro. Nessa obra, há um incremento dos mapeamentos, mas o conceito cognitivo lançado nos anos 80 parece persistir.

conceituar o tempo, está ligado à nossa cultura. Há culturas em que não há nada dessas coisas” (Lakoff, 1980: 9).

Ao que tudo indica, chegamos a um impasse teórico. O mapeamento metafórico MAIS-EM CIMA seria um princípio candidato a universal e o mapeamento TEMPO É DINHEIRO seria então cultural. Mas como Lakoff traça esse limite? Onde encontramos a diferença formal entre experiência física e experiência cultural? Se as metáforas são baseadas na experiência, por que não pode haver, portanto, metáforas do tipo MENOS –EM CIMA em uma cultura como a Hopi, uma vez que talvez até a noção de tempo (ao menos seguindo o relato de Whorf) seria completamente diferente da nossa?

O fato de a teoria conjugar no modelo domínios diversos como experiência direta, mente, linguagem, história e cultura parece comprometer, de certa forma, a sua formalização. Lakoff (1987), talvez já antecipando essa indagação por parte do leitor, argumenta que “o rigor teórico e a precisão não são deixados de lado. Apenas serão caracterizados de outra forma” (Lakoff, 1987: 9). Martins (1999) credita ao jogo entre esses variados domínios o foco do problema no modelo:

A experiência direta que alegadamente engendraria a emergência de tais conceitos fundadores recebe uma caracterização um tanto vaga, sobretudo no que diz respeito a seu grau de universalidade. Lakoff & Johnson admitem, por exemplo, que toda experiência *é*, em certo sentido, *cultural*, ressalvando, porém, que “se pode fazer uma distinção importante entre as experiências que são ‘mais’ físicas (como levantar) e aquelas que são ‘mais’ culturais (como participar de uma cerimônia de casamento)” (Lakoff & Johnson 1980:57). Não esclarecem, contudo, em que “certo sentido” as experiências “mais físicas” (*diretas*) são também determinadas por fatores culturais, e tampouco nos fornecem critérios bem definidos para decidir o que faz com que uma experiência deixe de ser “mais física” e passe a ser “mais cultural, dando-nos a impressão de que esse esclarecimento talvez não seja importante para o modelo como um todo.” (Martins, 1999: 90)

O modelo também não expõe claramente em que medida viabiliza a formação de metáforas novas e metáforas irregulares. Portanto, concomitantemente à clareza intuitiva presente nos mapeamentos conceituais expostos por Lakoff & Johnson, constata-se uma certa omissão de explicações daquilo que foge aos tipos de mapeamentos previstos. Isto é, ao mesmo tempo que há uma vastidão de exemplos que fundamentam a Teoria Cognitiva da Metáfora, há outros tantos que carecem explicação teórica.

Talvez este seja o momento oportuno para retomarmos os exemplos de (2.1) a (2.5) — expostos na seção anterior como ilustração dos recursos comumente utilizados por grande parte de autores da linha representacionista — para fins de comparação com a visão neo-representacionista:

- (2.1) Ele *tirou* a camisa.
- (2.2) Ele *tirou* a camisa do armário.
- (2.3) Ele *tirou* 10 na prova.
- (2.4) Ele *tirou* aquela idéia da cabeça.
- (2.5) Ele *tirou* o corpo fora.

O mapeamento O CORPO É UM CONTAINER justificaria o uso do verbo *tirar* em (2.1), (2.4) e (2.5). Já a explicação para (2.2) não se pautaria em nenhum mapeamento entre domínio-fonte e domínio-alvo por não se tratar de um exemplo metafórico. Como já mencionado na seção 1.2, Lakoff reconhece que há “uma extensa gama de conceitos não metafóricos” (como “*o balão subiu*”). Na verdade, pode-se dizer que quando se trata somente do domínio-fonte, estaríamos diante de conceitos não-metafóricos.

De fato, há uma elegância explanatória nesses exemplos. Mas o que fazer com (2.3)? Teríamos que conceber *prova* como sendo CONTAINER ? Até onde é possível estender essas analogias? Quando deixam de ser válidas? Ou seja, o que fazer com aquela parte da formação de metáfora que foge ao mapeamento; o que fazer com as irregularidades da formação da metáfora? Essa é uma pergunta que não fica claramente respondida pelo modelo. O autor argumenta que a metáfora nova se constrói dentro de parâmetros impostos pelo sistema conceitual fixo, e “raramente ocorre independente dele” (Lakoff, 1993:228), mas não esclarece os casos em que isso acontece. Este será o nosso foco de crítica ao modelo em relação às CMs, mais adiante.

De uma forma ampla, mas talvez bastante elucidativa, podemos traçar características definidoras dessa linha de pensamento:

- i) O significado não é puramente lingüístico; pertence ao escopo das estruturas cognitivas gerais fundadas na nossa experiência concreta (universal/cultural); a linguagem é simplesmente uma de suas manifestações superficiais.

- ii) Cabe ao lingüista descobrir e explicar a estrutura conceptual que subjaz à linguagem;
- iii) O escopo de análise é, portanto, muito mais amplo do que aquele proposto pelo representacionismo: inclui-se o não literal, o enciclopédico, o pragmático e o diacrônico;
- iv) Não há uma ambição verificacionista; não é uma semântica calcada em lógica abstrata;
- v) A característica principal da linguagem é servir de sinal concreto para “complexas construções não lingüísticas”
- vi) Há ênfase nos processos humanos de categorização, na polissemia, e no poder figurativo da linguagem.

* * *

Note-se que embora as duas grandes perspectivas abordadas até aqui — representacionista e neo-representacionista, respectivamente — reservem para o fenômeno metafórico dois lugares opostos (quais sejam, marginal e central), ambas trafegam por caminhos teóricos que preconcebem um impulso representativo da linguagem, mesmo que sejam bastante distintos.

O fato de Lakoff admitir que há expressões literais na língua, embora seja uma pequena parcela, já nos dá instrumentos suficientes para afirmar que há subliminarmente às considerações neo-representacionistas uma crença de que a função da língua é, de fato, representar algo exterior a ela. Por isso, pode-se dizer que o modelo advoga um composicionalismo fraco.

Argumentaremos mais adiante que a constatação do valor teórico de ambas as perspectivas apresentadas até agora está nos casos contemplados; o seu custo teórico está nos casos deixados de fora. Para tanto, focaremos os dois ângulos através de suas considerações e conceituações do fenômeno multivocabular. Cremos que a partir de então a justificativa da nossa resistência em adotar uma ou outra visão sobre o significado ganhe mais clareza.

2.3.

As CMs sob os dois ângulos de representação

Qualquer tratamento teórico sobre as CMs esbarra inevitavelmente no tema da figuratividade. Antes, porém, de dar início a uma avaliação crítica sobre o que costuma ser dito em relação aos multivocábulos, não podemos deixar de abordar um tópico que precede qualquer discussão sobre o tema: a escolha terminológica. Existe uma fartura de rótulos — tradicionalmente apresentados por autores representacionistas — que, de certa forma, destinam-se ao mesmo “conceito”: Expressão Multivocabular ou MWE (*Multi-word expression*, Blanco & Guenther, 2000), Expressão Cristalizada (Neves, 1999; Vale, 2002), Expressão Fixa (Ranchhod, 2003), Colocação (Manning & Schütze, 2001; Tagnin, 1999), para citar alguns.

Alguns representantes da linha de pensamento literalista que se dedicam a esse tema, como Gaston Gross (1996) e Elizabeth Ranchhod (2003), concordam com a idéia de que o conceito de *expressão fixa* está longe de ser consensual, tanto do ponto de vista analítico e conceitual quanto terminológico. Neves (1999), Vale (2002) e Garrão (2001), dentro do mesmo pressuposto teórico, optam pelo termo *expressão cristalizada* e o diferenciam do termo *expressões com verbo-suporte*. Outros olhares, reconhecidamente influentes do ponto de vista teórico, como o do semanticista lexical David Cruse (1986) e do gerativista Ray Jackendoff (1997), utilizam termos que rotulam de forma diferenciada *expressões idiomáticas*, *metáforas cristalizadas* e *colocações*.

Talvez haja uma lista infindável de escolha terminológica e conceitual nesse domínio. A propósito deste problema, Gaatone (1990: 296) avalia que a noção de *expressão fixa* (*expression figée*), como prefere se referir ao conceito, encontra obstáculos pelo simples fato de já existirem na literatura vários termos, geralmente pré-teóricos, para as designar. A meu ver, contudo, o problema da explosão terminológica no domínio multivocabular é sintoma da **impossibilidade** de se chegar a um modelo com potencial teórico que dê conta desse conceito (ou não-conceito). Portanto, é por desconfiar que a conceituação clara do termo dependa de exemplos mais emblemáticos do que outros que hesitamos em apostar na sua tentativa de teorização.

2.3.1.

Multivocábulos e o representacionismo: a profusão de rótulos da semântica da inocência

Como já mencionado, o compromisso com a literalidade, com o imanentismo e com a composicionalidade do significado pauta a forma com que os multivocábulos são identificados e explicados por autores como Jackendoff (1997), Cruse (1986) e Gross (1982), por exemplo. A palavra seria o ponto de partida para a análise composicional do significado justamente porque ela é internamente composta de propriedades do significado necessárias e suficientes. O significado da palavra está dentro dela. E, se assim é visto, é possível, através de testes de composicionalidade, identificar muitos multivocábulos, uma vez que, de uma forma geral, eles não obedecem ao padrão de organização de significação linear na língua; ou seja, exemplificam níveis distintos de figuratividade ou de “opacidade semântica”.

O grau máximo desta alegada opacidade seria exemplificado pelo conceito “expressão idiomática”: Cruse (1986) afirma que os itens que a compõem não contribuem para o significado total da expressão. A checagem desse nível máximo de opacidade é possível através de testes com base na substituição, posposição, inserção de constituinte para se comprovar a impossibilidade de se compreender a expressão sem que todos os seus itens estejam presentes na ordem original (é o caso do exemplo clássico *bater as botas*).

O que argumentamos aqui é que mesmo esses casos considerados mais nitidamente impermeáveis do ponto de vista semântico não são tão indivisíveis assim se recorrermos a evidências de *córpus*. Ou seja, os testes de opacidade semântica, a nosso ver, não são teoricamente conclusivos porque: 1) os avaliadores são lingüistas e não falantes desavisados; 2) a noção de *opacidade* versus *transparência semântica* é escorregadia e também carece de uma delimitação teórica precisa e incontroversa.

Em uma busca ao sistema de Recuperação de Informação *Google*TM, talvez o maior *córpus* digitalizado existente, pudemos constatar um fato curioso. A expressão *bater a caçuleta* também é utilizada no PB (principalmente no nordeste do país) com o mesmo sentido de *bater as botas*, o que nos faz supor que o SN da expressão não seria tão fixo quanto se imagina: "E o Doutor Morte finalmente

bateu a caçuleta", (*Casseta & Planeta online*). O mesmo detectamos sobre a expressão *quebrar galho*. Diferentemente de *bater as botas*, alega-se que essa expressão tem um grau de flexibilidade maior, por aceitar inserção/modificação de determinante (*quebra um galho, quebrar esse galho, quebrar mais esse galho*). Isso indicaria, segundo a concepção representacionista, um grau maior de transparência semântica, mas preservando algum nível de opacidade, uma vez que seria inviável, por exemplo, a substituição de *quebrar* por *partir* ou de *galho* por *vareta*. Seria, portanto, uma expressão semi-fixa.

No *Google*TM, entretanto, pudemos encontrar frases do tipo “Quebra essa pra mim”, “me quebra essa urgente”, num teor bastante coloquial, é verdade, mas que parece revelar que o falante enxerga o “quebrar” como “fazer um favor”. O vocábulo *galho* também é utilizado individualmente como algo paliativo, um “jeitinho”. Isso seria resolvido por uma visão representacionista como evidência de um aumento do grau de transparência de *quebrar galho*, que ao longo dos anos, passou a ocupar a posição de uma **metáfora cristalizada**.

Mas, afinal o que é metáfora cristalizada? Searle (1979,p. 115) define o termo: “o sentido original da expressão metafórica é ignorado e a expressão adquire um novo sentido literal [...] Há um desvio de elocução metafórica para a elocução literal”. Para Cruse (1986: 43), é possível diferenciar expressão idiomática de metáfora cristalizada através da aplicação do teste de substituição, que é mais aceitável no segundo caso. *Ele perdeu a razão/cabeça/juízo. Ele deu/disse adeus/tchau à reeleição* Em alguns casos, o autor explica, a substituição volta a dar vida a metáfora. *Ele quebrou a cabeça para resolver o problema /Ele rachou o cérebro para resolver o problema*. Já a expressão idiomática resiste a qualquer tipo de modificação de seus itens. *Ana bateu perna, Ana ? perna, Ana bateu?; Ana deu o braço a torcer, Ana deu o braço a ?, Ana ? o braço a torcer*. Cruse defende também que a tradução literal de uma metáfora cristalizada pode dar certo: *to break the ice; quebrar o gelo*, por exemplo. A utilização da mesma estratégia para expressões idiomáticas seria desastrosa: *bater perna, to beat leg*.

Esses exemplos parecem dar conta da diferença. Mas se *bater perna* e *dar o braço a torcer* são, de fato, expressões indevassáveis, a inserção de qualquer constituinte tornaria as expressões literais, mas não é o que os exemplos abaixo parecem demonstrar:

*Resumindo, quem quiser economizar, ou fica em casa, ou vai ter que **bater muita perna** para achar onde comer e onde ficar.*

(<http://www.bemtevivrasil.com.br/diarioviagem18.htm>)

*Para não dizerem que sou um fanático apenas pela aviação militar, **dei meu braço a torcer** e consegui alguns interessantíssimos anúncios de companhias americanas.* (http://www.jetsite.com.br/aviacao_mkt.asp)

Ambas as expressões acima teriam comportamento idiomático nos testes, mas sua utilização pelo usuário da língua parece bem mais flexível. No ponto de vista de Cruse (1986), a expressão idiomática é uma unidade lexical elementar: “embora consista em mais de uma palavra, apresenta uma coesão interna de palavras simples” (Cruse, 1986:38). Embora o autor considere Expressões Idiomáticas, Metáforas Cristalizadas e Colocações como tipos de expressões cristalizadas distintas, reconhece que há casos limítrofes. Mas como, então, teorizar sobre um fenômeno que é escorregadio?

Com isso, pode-se dizer também que, quando Neves avalia que a expressão “tomar partido”, em “Valéria *tomou partido* da tia” (Neves, 1999: 99), seria uma expressão cristalizada, está, na verdade, desconsiderando o fato de a construção admitir intercalação de advérbio dependendo do teor aspectual da frase em que se insere. Segundo a autora, a expressão não admite inserção de nenhum tipo de constituinte. O mesmo ela diz para a expressão “ter cabeça” em “O capitão Aparício *tem cabeça* para tudo”. O Google, contudo, oferece contra-exemplos para o que a autora propõe:

*A Quarta é um meio termo, uma sinfonia que parece não **tomar muito partido** desta relação, pois está montada sobre um afresco extremamente original de ...* (www.mnemocine.com.br/filipe/ensaios.htm)

*Tem que ser um exame de nível nacional para entrar quem tem **mais cabeça**, ...*

(www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoente=63&key)

Numa perspectiva alinhada à de Neves (1999), procuramos em Garrão & Dias (2001) encontrar em versões *on-line* dos periódicos *Veja*, *JB* e *O Globo* e posteriormente em Basílio, Oliveira & Garrão (2003), no cópuz NILC⁹, dados

⁹ Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional, contendo cerca de 37 milhões de palavras. É considerado um dos cópuz mais abrangentes do PB, por incluir uma diversidade de gêneros discursivos.

qualitativos que espelhassem a noção de Expressão Cristalizada proposta por Neves. A idéia inicial era detectar as estruturas semanticamente opacas do tipo *bater+SN* para que estas pudessem figurar em um dicionário eletrônico (como *bater as botas, bater perna, bater pino, bater boca, bater os olhos, bater o martelo, bater ponto, bater papo*, entre outras).

Notamos que muitas das construções seriam consideradas pelos testes de composicionalidade propostos pela autora — substituição, coordenação, posposição, elipse e inserção de constituinte — como uma unidade indevassável. De fato, elas resistem à substituição das partes (*chocar boca), posposição (*boca bater), coordenação (*bater boca e as botas), elipse (*ele bateu boca e ela as botas) e intercalação (*bater minha boca). O que nos surpreendeu foi o fato de esse conjunto de testes ser insuficiente para dar conta de uma boa parte dessas construções, já que algumas delas parecem admitir intercalação de intensificador ou marcador de freqüência, conforme detectamos nos *córpus*. Abaixo seguem exemplos do *córpus* NILC e Portugal Natura Publico, respectivamente:

*Quem pretende ter peixe à mesa durante a Semana Santa precisa **bater muita perna.***

*Para os comunistas, o grave é que não estão em condições de **bater demasiado o pé.***

Os dados demonstram que há expressões supostamente indevassáveis que admitem inserção de advérbio, mais especificamente, de um marcador de freqüência ou um intensificador, o que, ao menos, nos faria ampliar os testes geralmente feitos para detectar o teor de fixidez dessas construções. É importante ressaltar, ainda, que a sua alegada opacidade semântica parece não ser definidora do nível de indivisibilidade da expressão, visto que há expressões que admitem marcador de freqüência e cujos constituintes não parecem ter o que se chama de papel composicional (como *bater perna, bater boca, dar trela, fazer questão*). Pudemos constatar também que o aspecto verbal da expressão como um todo parece ser muito mais preditivo em relação à sua fixidez do que a sua suposta opacidade, uma vez que tais construções verbais com aspecto pontual tenderiam a um grau de fixidez elevado (*bater o martelo/?bater muito martelo*) e aquelas com aspecto durativo seriam menos rígidas (*bater boca/ bater muita boca*). Mas

observamos também que isso parece ser um padrão de comportamento, uma tendência, não uma regra.

Não raras vezes, também, autores que optam pelo mesmo rótulo oferecem explicações díspares quanto ao seu conceito. Manning & Schütze (2003) e Tagnin (1999) ilustram de maneira clara esta constatação. Os primeiros, com foco em PLN, conceituam *colocação* como sendo uma combinação freqüente na língua com sentido específico entre, no mínimo, duas palavras — um bigrama — abrangendo expressões totalmente opacas, cujos itens não contribuem para o significado total da expressão (expressões idiomáticas), ou cujos itens contribuem parcialmente para o significado total da expressão.

Já para Tagnin (1999), numa abordagem voltada para a lexicografia, uma colocação não é necessariamente uma combinação de alta freqüência na língua. Considera que no fenômeno de colocação verbal, por exemplo, o verbo utilizado é consagrado, na medida em que sua ocorrência é preferencial, quando outros verbos semanticamente relacionados também poderiam ocorrer mas não ocorrem. Seria o caso, segundo ela, de *quebrar uma regra* ao invés de **romper uma regra*. Esta última construção, no entanto, é facilmente encontrada no sistema de busca *Google*:

Por fim, do Unplugged saiu "The Man Who Sold the World", de David Bowie, que rompeu uma regra dos Acústicos da MTV: Kurt eletrificou seu violão nessa música.

(<http://www.cornflakepromises.hpg.ig.com.br/nirvana.htm>)

Trata-se, portanto, de simples intuição da lingüista; mas não uma regra. Além disso, a autora defende, mais adiante no seu artigo, uma separação conceitual entre colocação e expressão idiomática, um argumento de difícil constatação pelo próprio teor informalizável dos dois fenômenos.

Numa passagem de seu texto, Tagnin ilustra o conceito de colocação através de uma estrutura que ocorre tanto na língua inglesa quanto no português: “Em português dizemos *levantar acampamento*, enquanto em inglês a colocação é “*break camp*”. (p.15). Mais adiante, ela segue explicando a sua metodologia:

As ocorrências eram anotadas em fichas e posteriormente discutidas em grupo até se chegar à **noção clara** do que seriam as colocações verbais, pois muitos (dos seus alunos pesquisadores) as **confundiam** com expressões idiomáticas. Entrava aqui a **competência**. (Ibid:17; grifo nosso).

Ao ratificar que as ocorrências eram discutidas para não haver *confusão* entre o conceito de expressão idiomática e colocação, a autora se furta a descrever a tão valiosa “noção clara” dos conceitos envolvendo os dois fenômenos. Se considerarmos a definição atribuída por ela ao conceito de colocação (convencionalidade com possibilidade de substituição), poderíamos questionar a adequação do exemplo escolhido para representá-lo (?**subir acampamento*, ?**levantar tenda*). Em outras palavras, *levantar acampamento* seria um dos casos em que não se é possível estabelecer o que ela chama de “noção clara”.

O grande incômodo que muitas co-ocorrências convencionais causam aos semanticistas representacionistas é, sem dúvida, a gradação de solidariedade entre os componentes da expressão. Há casos, minoritários, em que se pode detectar um grau máximo de coesão entre os itens e que, por isso, são mais facilmente rotulados, como, por exemplo: *assoar o nariz*, *arregalar os olhos*, *água potável* (dependência unilatera, Borba, apud Vale, 2001). A grande maioria dessas combinações, entretanto, não demonstra esse mesmo padrão e só pode ser detectada como uma seqüência convencional se comparada a combinações livres; o que, de certa forma, gera um novo problema, uma vez que a noção de combinação livre também pode ser considerada teoricamente frágil, como veremos na seção seguinte.

Vale (2001: 16), numa proposta de tipologia de *expressões cristalizadas* para o PB, também expõe sintomaticamente a arbitrariedade da intuição do pesquisador em relação aos testes de composicionalidade. A sua argumentação deixa clara a falta de força teórica distintiva entre opacidade e transparência semântica. Ao explicar a aplicação dos testes, recorre ao uso de “asterisco para inaceitabilidade; ponto de interrogação para aceitabilidade duvidosa; dois pontos de interrogação para aceitabilidade ainda mais duvidosa do que a precedente; três pontos de interrogação para aceitabilidade no limite da inaceitabilidade”. Sua tentativa parece ser um sintoma de que não há como teorizar sobre as noções de opacidade/transparência semântica tendo como base a intuição do falante.

Esse tipo de verificação nos impulsiona a concluir que caracterizar deterministicamente uma expressão como opaca ou semi-opaca é elevar um olhar dedutivo, baseado em uma intuição interessada do pesquisador, a uma supremacia que talvez não mereça. Enquanto se priorizar uma abordagem dedutiva, que se pretende capaz de caracterizar a expressão tendo por base a própria intuição de quem a descreve, estaremos ignorando o fato de que é o discurso do falante desavisado, sem pretensões nem comprometimentos teóricos, a fonte mais segura para tanto.

2.3.2.

Multivocábulos e o neo-representacionismo: sinais de difusão teórica

Talvez Fillmore (1979) seja o texto mais apropriado para iniciar a crítica cognitivista à visão composicional do significado ou ao modelo do cálculo, de certa forma, preponderante dentro da Semântica. Argumenta Fillmore (1979: 63) que essa se baseia naquilo que ele conceitua como “uma segunda idealização” dentro da Lingüística. Assim como a sintaxe se vale do falante ideal proposto por Chomsky, Fillmore propõe que o falante idealizado pela Semântica representacionista seja melhor caracterizado por *falante inocente*.

Segundo essa idealização, o falante sofre sérias limitações, como o total desconhecimento de recursos idiomáticos lexicais (como, por exemplo, a diferença conceitual entre *caixa e caixão*) além de recursos idiomáticos sintagmáticos ou de qualquer princípio de construção de linguagem metafórica. Esse falante não teria informações prévias sobre ditados, fórmulas situacionais e comunicação indireta. Como ouvinte, o usuário inocente equaciona o significado de cada frase através do conhecimento das partes da frase e de sua organização. O autor questiona a confiabilidade dessa noção de composicionalidade e constata: “uma vez detectados os significados atômicos (*core meanings*) de tudo, não há parâmetro para se identificar quais combinações de palavras têm quais significados” (ibid:71).

O modelo lingüístico proposto por Ronald Langacker (1991, cap. 1) também é crítico à perspectiva composicional do significado. O autor é radicalmente

cético à idéia de que existe uma diferença demarcada entre combinações sintáticas e o que chamamos aqui de CMs. Segundo ele, o sistema lingüístico não é autônomo nem pode ser descrito sem referência ao sistema cognitivo. Propõe que as estruturas gramaticais não constituem um sistema formal ou um nível de representação autônomo. “O léxico, a morfologia e a sintaxe formam um *continuum* de unidades simbólicas, divididos **arbitrariamente** em componentes distintos”.

Embora nenhum desses dois autores esteja advogando em favor do abandono de uma visão representacionista do significado, mas apenas de uma revisão desse tipo de representação, consideramos que suas reflexões abriguem de certa forma a nossa escolha teórica. Cremos que seja de extrema importância esclarecer que, embora resistamos em utilizar o arcabouço cognitivista, temos simpatia por muitas das suas idéias, que põem em xeque a visão semântica tradicional.

A partir de agora, entretanto, passamos a questionar as explicações oferecidas por autores neo-representacionistas sobre a formação de CMs, algo que seria motivado e, portanto, passível de explicação.

Enquanto as CMs, em geral, são tratadas pela tradição como um fenômeno irregular, por uma concepção neo-representacionista há uma explicação cognitiva para essas construções, um embasamento teórico que se pretende capaz de dar conta do impulso metafórico cognitivo gerador dessas estruturas multivocabulares. Portanto, uma das críticas que se faz em relação à primeira abordagem é o fato de somente ser possível a verificação do estatuto da expressão, mas não de previsão de estruturas multivocabulares.

De acordo com Lakoff (1991: 211), “as expressões idiomáticas não são automaticamente geradas por regras de produção lingüística, mas obedecem a padrões conceptuais”. Como vimos, o autor prevê um mapeamento bidominal na construção de metáforas. Em Gibbs (1995) encontram-se inúmeras instâncias desses tipos de mapeamentos metafóricos na formação de expressões idiomáticas.

Ele inicia o seu artigo avaliando criticamente a contribuição teórica da Semântica tradicional e de seus testes sintáticos para caracterizar as expressões idiomáticas. “Artifícios sintáticos como esses citados acima (transformações em passiva, nominalização e movimento) são utilizados por uma teoria formal da

gramática como uma das deficiências transformacionais de expressões idiomáticas. Mas a visão tradicional de idiomaticidade não fornece explicações de como o falante adquire as regras de transformação para cada tipo de expressão idiomática. O falante não aprende formalmente quais são as expressões idiomáticas sintaticamente produtivas e improdutivas.”(Gibbs, 1995: 272)

Ressalta também que as expressões idiomáticas não são completamente opacas como se costuma postular. Ele argumenta que algumas delas não são tão indecomponíveis quanto aparentam:

Pesquisas indicam que os falantes americanos geralmente consideram algumas expressões idiomáticas como *miss the boat* e *button your lip* como altamente analisáveis, ou decomponíveis, e julgam outras como *kick the bucket* e *shoot the breeze*, como semanticamente indecomponíveis. (Gibbs, 1995: 279)

Embora o autor advogue em favor da transparência de algumas expressões idiomáticas, com a intenção de criticar a visão tradicional, alinha-se também à explicação de Cruse (1986) sobre o fato de haver algumas expressões mais transparentes do que outras. A única diferença está na nomenclatura: Cruse conceitua as expressões mais transparentes como *metáforas cristalizadas* enquanto Gibbs utiliza o termo *expressão idiomática* para todas essas CMs. Este, portanto, mesmo que inadvertidamente, está se baseando nos mesmos pressupostos teóricos para explicação do fenômeno: literalidade (uma vez que considera algumas expressões idiomáticas mais literais do que outras) e composicionalidade (já que algumas expressões são menos opacas e mais facilmente analisáveis do que outras).

Salomão (1990: 286), num estudo cognitivista sobre CMs encabeçadas pelo verbo *dar*, reconhece, assim como Gibbs, que há níveis de opacidade semântica, embora acredite que a situação lingüística ideal não esteja nos extremos desse *continuum*: “opacidade absoluta e total transparência são os dois extremos de um *continuum*, mas nenhum deles representa a situação lingüística ideal (*the linguistic situation at its best*)”. Mais adiante a autora conclui:

A gramática é conceptualmente motivada, mas não necessariamente conceptualmente transparente. Entre a forma e o significado, o processo de convencionalização intervém e afeta a expressão lingüística de tal forma que os usuários da língua são obrigados a buscar o frescor da representação de seus

pensamentos. É nesse ponto que a atividade de conceptualização recomeça, e a riqueza da experiência humana de alguma forma emerge na forma lingüística. (ibid, p. 286)

Essa busca pelo frescor da representação do pensamento, contudo, é um mecanismo um tanto enigmático no modelo cognitivista. Qual é o ponto de partida para o recomeço da conceptualização? Até onde pode ir? Como novos conceitos e novos mapeamentos são formados?

O incontestável mérito do modelo cognitivista em relação às CMs seria o esclarecimento sistemático da motivação de construções possíveis, tendo em mente o mapeamento entre dois domínios, em que um deles, em geral mais abstrato, é entendido em termos de outro, em geral mais concreto. Scherer (2002) exemplifica o mapeamento em nossa cultura entre o domínio mais abstrato IDÉIAS e o mais concreto COMIDA através das seguintes CMs: *digerir uma idéia, devorar um livro, engolir uma história*. Por essa perspectiva, no entanto, o que impediria CMs como *comer uma opinião* e *devorar um raciocínio* de serem formadas?

Conclui-se, portanto, que o modelo é capaz de caracterizar uma forte tendência da capacidade de conceptualização das línguas. Contudo, seu poder preditivo é fraco, uma vez que mesmo entre dois domínios há uma explosão de possibilidades de combinações. E talvez seja um pouco leviano dizer que isso seja uma falha do modelo, já que seu objetivo é caracterizar a motivação. No entanto, exatamente por essa razão, optamos por renunciar a uma abordagem neo-representacionista para o tratamento de CMs.

2.4

Discussão preliminar

Sob uma perspectiva teórica enxergamos imediatamente um problema em relação aos dois modelos expostos até aqui; respectivamente:

- i) uma visão de composicionalidade de significado que está sintomaticamente invalidada pelos próprios exemplos escolhidos pelos autores nos *córpus* e pelo tipo de explicação calcada em uma gradação de nível de opacidade semântica

que não é incontroverso nem intuitivamente compartilhado pelos falantes (relatados na seção 2.3.1);

- ii) uma visão de significado muito inclusiva que, embora seja elucidativa em muitos aspectos semânticos, acaba desqualificando seu poder explicativo por não determinar formalmente os limites de cada faceta da construção do significado. Em outras palavras, não caracteriza explicitamente em que medida o significado é cultural, mental, histórico ou calcado em experiência direta.

Já sob uma perspectiva lexicográfica ou descritiva também vemos implicações:

- i) As CMs seriam descritas com base em testes de composicionalidade, um método que não só é trabalhoso e demorado como também pouco confiável, uma vez que não é raro o *cópus* contradizer o que os testes predizem (como *tomar muito partido*, em 2.3.1);
- ii) As CMs seriam descritas com base em um modelo muito inclusivo e multifacetado. Um modelo que daria conta de expressões como *devorar um livro* mas que também poderia gerar outras como *comer um raciocínio*.

Por essa razão, escolhemos um caminho minimamente comprometido com representação de significado. Tal escolha leva a uma perspectiva lingüística amplamente amparada pela faceta estatística do significado. Trata-se de uma forma de enxergar as recorrências lingüísticas abrindo mão de rotulações semânticas pré-concebidas ou de considerações experientialistas.

Esperamos poder demonstrar que esse caminho é bastante interessante para a lexicografia. Diana Santos (1990) argumenta que no domínio de PLN não se deve traçar a distinção entre as CMs: “As fronteiras entre restrições colocacionais, expressões idiomáticas e leituras metafóricas são difusas e talvez impertinentes para o tratamento automático da língua” (p.3). Não só subscrevemos a avaliação da lingüista portuguesa como desconfiamos que a não-pertinência dessa divisão

conceitual em PLN talvez seja um sintoma de que ela também deva ser revista no domínio lingüístico.

No capítulo seguinte propomos uma avaliação para as CMs que contorna minimamente esses recorrentes desafios apresentados por abordagens com viés representacionista. Trata-se de um caminho que não se pretende incontroverso mas é capaz de gerar resultados rápidos, com um grau elevado de precisão.